

Notas e informações

Só há uma saída

Um país não pode viver na dependência de sua caixa em moeda externa. Se o fizer, perde sua independência soberana e os responsáveis pela execução da política econômico-financeira, a credibilidade. Da mesma maneira, país algum pode antever possível ocorrência de sério abalo em um dos pilares de seu sistema financeiro. Fazê-lo será levar o pânico ao mercado e transformar uma crise de confiança em crise de autoridade, abrindo caminho para soluções incompatíveis com a liberdade. O grave é que o Brasil está vivendo esta dupla situação intranquilizadora, administrado por um Ministério que não conta com a confiança das classes produtoras e já começa a perder a credibilidade externa, além de não ter como suporte nenhuma força social. Em poucas palavras, chegou-se ao início da crise de Estado, que tanto temíamos e para a qual advertimos o presidente da República repetidas vezes, solicitando-lhe que assumisse as funções que são suas e restaurasse a confiança nacional no Estado brasileiro.

É hoje convicção generalizada de que o recurso supremo de solicitar a ajuda do FMI e renegociar a dívida com os credores externos será de pouca valia: o Banco Central não consegue ter caixa suficiente para honrar a tempo e a hora suas obrigações internacionais e, o que é pior, a comunidade financeira internacional principia a dar inequívocas demonstrações de que não mais aceitará as explicações deste governo. O que socorre o governo, neste instante, é a boa vontade do Executivo norte-americano; até quando e até que limites o Tesouro dos Estados Unidos estará disposto — ou será obrigado pelo envolvimento dos bancos norte-americanos no Brasil — a sustentar nossas situações de caixa é algo que não se sabe. Por não se saber a resposta a essa pergunta inquietante, a espada de Dâmocles pesa sobre o atual governo e onera o futuro e a independência da Nação.

De pouco adiantarão os empréstimos-ponte — os famosos *bridge-loans* —, que nada mais são do que adiantamentos de empréstimos que se estão negociando para pagar os que estão vencendo ou os juros deles. Não será a entrada de mais ou menos um bilhão de dólares que mudará o curso dos acontecimentos. A comunidade financeira internacional não tem no atual governo brasileiro a confiança que demonstrava há seis meses, porque se cansou de receber o mesmo tratamen-

to desdenhoso que o governo dispensa ao povo brasileiro. Entre este e a comunidade financeira internacional há pequena diferença que a tecnoburocracia não soube perceber. O resultado aí está.

Não é apenas o alastramento, para o Exterior, da crise de confiança que nos traz mais do que inquietação. É a circunstância de o governo não saber como restabelecer a confiança dos investidores nas cadernetas de poupança, embora tenha a aguda consciência de que deverá fazê-lo até o fim do mês, para impedir a drenagem de quantias tão vultosas que sua retirada possa, senão comprometer, pelo menos abalar a confiança no sistema financeiro como um todo — a principiar pelo BNH e pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

A 1ª de abril, vence-se o prazo que o governo a si próprio fixou para demonstrar se o povo tem confiança nas autoridades que administram o País. Prazo que, por trágica ironia do calendário, coincide com o 19º aniversário do término do movimento civil-militar que se fez para salvar o Estado de crise de confiança infinitamente menor do que esta que vivemos hoje. Se a 1ª de abril, ou a começar nessa data, os médios e grandes investidores descobrirem que as cadernetas de poupança não oferecem a rentabilidade que a inflação impõe seja obtida, não haverá volta atrás.

Não é mais possível, com a crise no setor externo e o prazo fatal de 1ª de abril, pensar o Brasil e seus problemas com a pequenez com que foram discutidos no Planalto nestes últimos meses. Não é mais possível subordinar a solução da crise externa a uma eleição geral, como se fez; não cabe mais imaginar que meia dúzia de linhas no *Diário Oficial* restabelecem a confiança da Nação no Ministério. A confiança se desvaneceu porque não a informaram, porque a trataram como menor e incapaz, porque os "donos do poder" se isolaram de tal modo no seu pequeno universo oligárquico que perderam a noção da grandeza do País e não têm sensibilidade para perceber que há 120 milhões de pessoas às quais é preciso dar não apenas satisfação, mas inspirar confiança.

Que acontecerá se a 1ª de abril esta confiança for retirada? Que sucederá se um pouco mais adiante, em maio, não se conseguir o adiamento das prestações devidas ao banco central dos bancos centrais — o BIS? O País che-

gou à hora da verdade — e não serão arroubos contra os banqueiros, insultos contra a iniciativa privada, condenações contra a Imprensa e coisas do gênero que restabelecerão a confiança sem a qual não se governa. Quando ela se perde, apenas um grande gesto permite recuperá-la.

Ao presidente da República não resta outro caminho senão fazer que a Nação e a comunidade internacional tenham de novo confiança em sua capacidade de conduzir o processo político e econômico de maneira consentânea com as aspirações nacionais. Só lhe resta um caminho, não dois. Opções, s. exa. teve antes; agora, a História o conduziu ao ponto do qual não há retorno. Esse caminho bifurca-se logo aos primeiros passos: uma senda indica a reforma do Ministério de alto a baixo, colocando nos postos de condução da política econômico-financeira quem mereça a confiança da Nação e seja capaz de restaurar a credibilidade do País no Exterior; outra, recomenda declarar à comunidade internacional que por este ou aquele motivo, por esta ou aquela política, o País será obrigado a retardar por longo prazo o pagamento de sua dívida externa. Esta última só poderá ser trilhada se o presidente se engajar na primeira; a comunidade internacional não concordará — e muito menos o Tesouro norte-americano — com mais atrasos e novas mudanças nas regras já convencionadas se elas não forem subscritas por quem lhes mereça confiança.

O governo norte-americano sabe o que se joga neste momento no Brasil; será o primeiro a compreender — desde que a administração mude de mãos — que não poderá recusar uma vez mais o auxílio que já deu no passado.

Por angustiante e lancinante que seja a perspectiva que nos reserva o futuro, não resta outra. Tentamos, de nossa parte, evitar que se chegasse a essa situação sem retorno; hoje, conscientes dos riscos políticos implícitos nesta solução imposta pela realidade, pela necessidade e pelo sentido de oportunidade, não vemos como evitá-la. É preciso que os ministros se convençam de que por sua obra e graça o País se divorciou do chefe da Nação e que se decidam, acima de seus interesses e vaidades, a abrir o caminho para que o presidente da República possa restabelecer a confiança da Nação naqueles que a governam. Deles é a escolha, e a decisão do chefe de Estado: renúncia ou demissão.